



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005605-19.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Dúvida - Registro de Imóveis**
 Requerente: **Cartório de Registro de Imóveis e outro**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal << **Nenhuma informação disponível >>**
 Nenhuma informação disponível >>:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Trata-se de processo de dúvida suscitado pela interessada Wangrezia Santos Borges do Nascimento, conforme folhas 03/07.

O Ministério Público opinou às folhas 77/78 pela manutenção da recusa pelo Oficial de Registro de Imóveis.

Decido.

Em face da semelhança entre os dois contratos, aplicam-se à permuta as disposições relativas à compra e venda.

Estabelece o artigo 1.647, inciso I, do Código Civil: “Ressalvado o disposto no artigo 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: I - alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis; (...)”.

Fora das exceções legais, o que não é o caso, mesmo se tratando de bens particulares adquiridos antes do casamento, vendê-los ou comprometê-los depende do consentimento do outro.

O dispositivo citado não faz referência à natureza do patrimônio que necessite da anuência de ambos os cônjuges para ser alienado ou gravado com ônus reais, sendo certo, portanto, que a imposição abrange, também, os bens particulares de cada cônjuge.

Por fim, o registro da permuta de imóveis deve observar a qualificação atual da interessada, porque seu nome foi alterado em virtude do casamento, não se excluindo a exigência o fato da permuta ter sido realizada quando a mesma era solteira.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, mantenho a recusa do senhor Oficial do Cartório de Imóveis.

P.R.I.C.

Ciência ao MP.

Intime-se o senhor Oficial Delegado. São Carlos, 18 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**